

Apontamentos e inferências para uma teoria da dogmatização na linguagem jornalística

Notes and inferences for a theory of dogmatization in journalistic language

Marcos Reche Ávila¹

Resumo

Os manuais jornalísticos são construídos pelos próprios veículos e cada manual é singular. Além dos jornais, existem manuais acadêmicos escritos por professores da área. Contudo, cada manual se distingue um do outro. Porém, a linguagem jornalística se alimenta de um mito sobre o fazer jornalístico, uniformizando premissas e contrariando as singularidades de cada manual. O jornalista, mesmo passando por um processo de produção e construção da notícia desde a instância da pauta à publicação no jornal, crê que reproduz a realidade natural, do mundo natural, e não produz uma realidade simbólica e singular a perspectivas de jornais concorrentes ao que o emprega. Além disso os jornais vendem aos seus leitores a ideia de imparcialidade identificada na forma da linguagem nas notícias como imparcialidade humana na construção da realidade simbólica. Para isso, supostamente, há uma doutrinação do leitorado sob um modo de ver o mundo, baseado nos valores da empresa de comunicação que veicula as notícias. O jornalismo de cada veículo hipoteticamente está no como se notícia, muito embora aqueles que produzem o jornal aleguem reproduzir a realidade natural, em vez de uma realidade simbólica, o que me leva ao entendimento da possibilidade de uma dogmatização na linguagem em veículos jornalísticos.

Palavras-chave:

Jornalismo; mídia; dogmatismo; comunicação

1 Possui graduação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014) e está finalizando o mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), linha de pesquisa em teorias e tecnologias da comunicação, eixo de semiótica na comunicação, orientado pelo professor Pedro Russi. Tem experiência na área da Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração.

Abstract

Journalistic manuals are built by the vehicles themselves and each manual is unique. Besides the newspapers, there are academic manuals written by teachers in the area. However, each manual differs from one another. However, journalistic language feeds on a myth about journalism, unifying premises and contradicting the singularities of each manual. The journalist, even going through a process of production and construction of the news from the instance of the agenda to publication in the newspaper, believes that it reproduces the natural reality of the natural world and does not produce a symbolic and singular reality to the prospects of competing newspapers. employs it. In addition, the newspapers sell to their readers the idea of impartiality identified in the form of language in the news as human impartiality in the construction of symbolic reality. For this, supposedly, there is an indoctrination of the reader under a way of seeing the world, based on the values of the communication company that conveys the news. The journalism of each vehicle is hypothetically as it is reported, even though those who produce the newspaper claim to reproduce natural reality rather than a symbolic reality, which leads me to an understanding of the possibility of dogmatization in language in journalistic vehicles.

Keywords:

Journalism; media; dogmatism; Communication

1. Introdução

Antes de mais nada quero dizer que o intuito deste artigo é o de pensar a possível tensão entre a matriz do dogma e a matriz discursiva da prática jornalística, sem negar em absoluto a falibilidade da análise a partir das reflexões que discorrerão nas próximas linhas e páginas. Desta maneira, começo com algumas inquietantes perguntas, para mim, enquanto pesquisador: Como operam as produções de sentido na linguagem jornalística? Essas produções de sentido podem levar a dogmatização na linguagem? Se, sim, por que ou em que sentido? Que operadores atuam?

Essas perguntas são de relevância quando estamos inseridos em um cenário de premissas profissionais e valores institucionais (empresas jornalísticas e de

comunicação midiaticizada em geral) ou mesmo organizacionais (organizações sociais e coletivos sociais) que confundem a natureza de meios técnicos de difusão informacional, com a subjetiva construção informativa de instituições e organizações que operam sob estes meios técnicos.

Por constatação, a natureza da relação humana prevê a comunicação, onde há troca de experiências baseadas em experiências anteriores e que gerarão experiências futuras em um processo sógnico de semioses. A cada signo nesse processo há disseminação de informações e comunicação direcionada dessas informações. Os signos também marcam e deixam rastros das experiências inter-humanas que estabelecem o que é e o que não é informação para construir e constituir uma notícia. Determinam, também, o que é pauta e o que não é. Empresas jornalísticas demandam inscrições para cursos de foca onde treinam e alinham seus jornalistas ao corpo editorial e premissas próprias de seus jornais. Jornais e coletivos informacionais (conhecidos como mídias alternativas) possuem lógicas e narrativas diferentes, mas, por suposição, um alinhamento entre corpo editorial e profissionais (redatores, no caso dos coletivos e jornais de texto escrito).

A linguagem jornalística perpassa por premissas instituídas através de manuais de conduta empresariais e manuais introdutórios ao jornalismo (também conhecidos como almanaques) produzidos por acadêmicos. Cada empresa jornalística e cada empresa comunicacional com núcleo jornalístico entre suas atividades possui seu próprio manual.

O manual é um signo de conduta, mas não o único na relação comunicacional entre empregador e empregado. Os jornalistas recebem, muitas vezes, formação dentro dos jornais, como nos cursos chamados *cursos foca* (citado acima), outro signo que se estabelece. A relação diária entre chefia de reportagem, redação, entre outras, com os jornalistas empregados também estabelece uma cultura de trabalho singular em cada empresa e também são constituídas de signos que interferem na conduta do jornal e na produção de sentido em um jornal. A linguagem encontrada nas mensagens transmitidas através das mídias (meios técnicos de comunicação) é um signo simbólico resultado das inferências mentais produzidas pelos jornalistas, também resultado de outros signos da relação interpessoal nas redações no fazer jornalístico dessas empresas.

As visões corporativas de jornalismo se misturam na linguagem jornalística, estabelecida por cada corporação, às fontes (representantes de instituições sociais, por exemplo) escolhidas como intermediárias entre a realidade e os receptores da mensagem construída através do texto e da enunciação² Então, essa visão de realidade torna-se, para o receptor, a realidade em si. A hierarquização de informações e a construção da enunciação³ cria a versão da história dentro da narrativa que passará a ser a história retratante da realidade para os receptores das mensagens.

2. Texto e enunciação na linguagem jornalística

O padrão de valores e a estrutura gramatical da linguagem jornalística, sendo específica a cada jornal, mantém, por hipótese, uma ordem dogmática de valores a serem seguidos e os *gatekeepers* resguardam não só o que é notícia para o jornal, mas como algo deve ser noticiado: incutindo os valores corporativos as mensagens, mesmo quando não feito pelos jornalistas empregados.

Sobre esse último ponto podemos encontrar facilmente a descrição da função do jornalista, que é diferente do consenso popular de que o jornalista é quem “faz” o jornal. A enciclopédia Delta Larousse nos fornece uma sintética, porém rica descrição. Coloca que o jornalista é a pessoa que vai à rua para encontrar a notícia e levar para o redator a matéria⁴ de que é feito um jornal, sendo que muitas vezes há o acúmulo destas funções em uma só pessoa (Delta Larousse, 1964, p. 2454). Na enciclopédia em questão consta que estes profissionais respondem ao redator-chefe que é responsável por interpretar o pensamento e a orientação do jornal. Diz ainda que em uma suposta época heróica (não descrita) o redator-chefe ou diretor do jornal compunha o que era chamado de “artigo de fundo”: o editorial. Obviamente que há limitações neste exemplo em relação a realidade brasileira, dado que se trata de uma publicação francesa traduzida para o português e publicada em 1964⁵.

2 Enunciação aqui é pela perspectiva de Bakhtin e tem a mesma concepção de enunciado. Tratarei logo a frente, no decorrer deste texto do artigo.

3 Novamente, pela perspectiva de Bakhtin.

4 Referência a matéria-prima.

5 Não faço nenhum jogo de duplo sentido aqui, não há referência alguma ao regime militar e ao golpe democrático à época no Brasil.

A segunda instância é a regulação por parte dos *gatekeepers* do enunciado⁶ desenvolvido pelo jornalista empregado. A terceira, então, é a reconstituição gramatical do texto e suas informações para que a linguagem jornalística não sofra modificações outras que não são de desejo das empresas jornalísticas, ou seja, mudanças no enunciado para enquadrar a orientação do jornal e mudanças apenas sutis no texto. Quanto a texto e enunciado⁷ Bakhtin diz o seguinte:

O enunciado é uma posição assumida por um enunciador, é um sentido. O texto é a manifestação do enunciado, é uma realidade imediata, dotada da materialidade, que advém do fato de ser um conjunto de signos. O enunciado é da ordem do sentido; o texto, do domínio da manifestação (Fiorin, 2008, p.52).

Os signos textuais não são os únicos significantes na produção de sentido do enunciado. Para descrever esse entendimento de Bakhtin, o pesquisador brasileiro Fiorin explica algo sobre o campo científico que está na mesma matriz do campo jornalístico:

Aspira-se à “objetividade” do discurso científico [na discursividade literária naturalista]. Por isso, narra-se sempre em terceira pessoa, para criar um efeito de sentido de objetividade, como se os fatos se relatassem a si mesmos (Fiorin, 2008, p.30, grifos meus).

Os receptores recebem, dessa forma, mensagens reguladas e ressignificadas por seus produtores em mais de um nível de produção e construção da notícia. Esse padrão pode ser analisado através das notícias veiculadas por um meio técnico de comunicação que promoverá a comunicação entre a visão registrada da realidade por parte dos profissionais de cada empresa específica de jornalismo, cujos textos produzem sentido que tensionam com enunciados e esse tensionamento não é, muitas vezes, percebido pelos leitores, por causa da constituição de um dialogismo centrípeto.

6 Também é pela perspectiva de Bakhtin sobre enunciado.

7 Enunciado e enunciação são a mesma coisa para Bakhtin. O enunciado, então, não se resume a oração ou ao ponto final, mas a todo o discurso.

Todo jornal estabelece com seu leitorado um *contrato de leitura*, então, a dogmatização – ou o desejo de dogmatização – ocorreria nesse contrato?

O reconhecimento da recepção através desse contrato também estabelece tensões, mas o espaço para tensão é dialógico, mas centrípeto, porque é regulado pela empresa jornalística que o promove o tom de autoridade. Os profissionais à frente da empresa decidem o que pode ser publicado dessa tensão, como, por exemplo, nos espaços destinados aos leitores ou, no caso de sites, em lugares específicos para comentários de leitores sobre os textos produzidos pelos profissionais da empresa jornalística.

Toda linguagem é, por hipótese, potencialmente dogmatizadora do pensamento, podendo se enquadrar em um tipo de dialogismo mais bitolador⁸:

A subjetividade é constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito. Por isso, em Bakhtin, o sujeito não é assujeitado, ou seja, submisso às estruturas sociais, nem é uma subjetividade autônoma em relação à sociedade. [...] Nesse processo de construção da consciência, as vozes [responsáveis pelo dialogismo] são assimiladas de diferentes maneiras. Há vozes que são incorporadas como a voz de autoridade. É aquela que se adere de modo incondicional, que é assimilada como uma massa compacta e, por isso, é centrípeta, impermeável, resistente a impregnar-se de outras vozes, a relativizar-se. Pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa, etc (Fiorin, 2008, p. 56, grifos meus).

Toda a linguagem possui uma dinâmica e uma lógica próprias. A linguagem jornalística e demais linguagens do campo Comunicação Social dependem de elementos como o cotidiano e de leitores que, influenciados, posteriormente influenciarão a constituição da realidade social, tendo uma procura de seus produtores de efeitos específicos ao promoverem uma determinada narrativa. É possível que o jornalismo seja questionado enquanto dialogicamente centrípeto por causa do atravessamento de vozes sociais em sua enunciação. Contudo, a que servem essas vozes atravessadas? Quem controla o diálogo e produz sentido/enunciado? Como é a produção de sentido e o

8 Emprego aqui o sentido figurado da palavra.

quanto as vozes são restringidas ou recebem espaço e estão em diálogo aberto? Que dialogismo será mesmo o do jornalismo?

3. A lógica de raciocínio

É importante a compreensão de que o conceito de religioso para as igrejas não está estritamente sendo trabalhado aqui. Não temos como intento trabalhar uma teoria de que o jornalismo evoca Deus em seu discurso ou faz uso do evangelho ao noticiar, por exemplo.

A minha inquietação científica é com a matriz discursiva dos interpretantes na discursividade jornalística. Se tivermos o texto como um signo, o interpretante será aquele que o produziu. O produtor age de maneira a dar significado a alguma coisa.

O interesse está na pesquisa por experimentação (no viés peirciano, ou seja, qualquer experiência: contato com o mundo natural ou social) da relação entre o discurso religioso e o discurso jornalístico.

Farei isso através do que Verón (1993) denomina *huellas*, encontradas com a fragmentação do tecido semiótico. Em outras palavras, farei recortes de textos jornalísticos o que cristalizará cada recorte como um novo produto e, após, procuraremos por rastros, marcas, **pegadas, digitais** (*huellas*) de um discurso de matriz religiosa. Isso será apresentado com mais detalhes à frente, durante o desenvolvimento desta dissertação.

Nesse momento do texto, apresentarei a lógica de raciocínio que guiará o percurso a ser feito, **a caminhada**, o *methodus*. Lógica essa que Peirce chamou de *abdução* (Peirce, 2008). O autor desenvolve uma lógica baseada em tese própria sobre o comportamento da mente humana. Contudo, uma abdução depende de três processos em progressão: (1) a abdução; (2) a dedução; e (3) a indução. Entendo, que a abdução é o primeiro processo e o todo ao mesmo tempo, porque não podemos entender essa lógica ao tentar seguir apenas um dos processos. Para ser mais exato, a abdução é o primeiro e o quarto processo, pois trata-se de algo infinito, dado que para Peirce todo conhecimento é falível. Em outras palavras, a abdução é necessariamente o que impede a cristalização do conhecimento, já que o conhecimento humano não é natural, mas a

forma de pensar e interagir do ser humano com o mundo é natural, embora nossa espécie acredite que a natureza não opere da mesma forma que nós. Peirce chamou isso de *inquirição* (Silva, 2014).

A abdução é um processo mental inferencial (Pons, 2016; Peirce, 2008): o nosso “gerador de hipóteses”. Esse seria nosso primeiro contato experiencial com o mundo, mas Peirce não desenvolve esse conceito como se iniciasse de um contato com o mundo natural a partir de um ponto zero e, sim, de uma semiose, de um contato com um signo. Então, quando nos deparamos com algo ainda mentalizando esse algo não podemos alegar o que é, levando-nos a uma dedução.

Apenas uma experiência (não necessariamente uma experiência física, mas qualquer experiência) mais concreta com esse algo (objeto) pode nos levar a induzir uma tese mais acertada do que é esse objeto, por isso a última parte do processo triádico do raciocínio é a indução.

Contudo, como dito acima, todo conhecimento humano é falível, pois os signos humanos estão sempre em transformação, assim como a natureza e as hipóteses da abdução podem ser inúmeras, impedindo uma cristalização do conhecimento ou mesmo a precisão, a certeza, de que algo é realmente o que dizemos ser. Desta maneira, ao realizarmos uma indução, temos a obrigação não somente científica de produzir nova abdução. Esse processo é descrito pelo autor como infinito, por isso o conhecimento não pode ser cristalizado: não é sua natureza se cristalizar.

Não podemos, então, fazer mais do que promover uma tese sobre a matriz discursiva jornalística ter alguma relação em tensão com a matriz da discursividade religiosa. Além disso, o todo da semiose é impossível de ser analisado para abdução em uma pesquisa, fazendo-se necessário o recorte: a *fragmentação do tecido* (Verón, 1993) e buscar na experiência do pesquisador com as *huellas* a possibilidade de uma abdução, a formação de uma tese. Para isso o primeiro passo é a observação: o que gerará a(s) antítese(s). O contato experiencial, o empírico, então, nos levará a(s) tese(s). Cristalizamos um fragmento e o transformamos em um produto a parte para não cristalizar a abdução⁹ e, assim, efetivamente a concretizarmos.

9 Esse jogo de palavras com o termo cristalização foi propositado nesse momento do texto, pois há duas conotações diferentes para cristalização, duas contextualizações diferentes

3.1. Pesquisa: a dúvida, as constatações e a ciência

Naturalmente, quando nos deparamos com algo que nos causa estranhamento sentimos incômodo, “irritação” (não literalmente) e logo surge a dúvida. Essa dúvida inicia um processo mental que nos coloca em relação experiencial com aquilo que nos causa estranhamento. Na pesquisa acadêmica, a sistematização desse processo nos leva a outros movimentos:

Uno de los primeros escritos del joven Peirce había surgido al preguntarse cómo se podía fijar la creencia (Peirce, 1877; W 3.242-257). La creencia es un estado que nos permite confiar en que un determinado hábito nos ayudará a determinar nuestras acciones; a este estado se opone el de la duda que provoca una «irritación» y nos estimula a investigar para destruirla alcanzando una nueva creencia. De este modo duda y creencia tenían efectos positivos en nosotros. Se trataba de ver entonces los diversos métodos que los hombres habían utilizado para fijar la creencia, llegando a la conclusión de que el método científico era el más adecuado para hacer avanzar el conocimiento porque dispone de una naturaleza autocorrectiva al poder apelar a una «permanencia externa» que permite adquirir estas creencias (Pons, 2016, p.100).

A crença, então, só pode ser concretizada quando nos colocamos inicialmente em estado de dúvida. O estado de crença é determinado pela lógica que operamos uma certa ação. Este modo de operar, o hábito, pode ser efetivado por técnicas e orientações de procedimentos que nos levarão a fixação de uma determinada crença.

foram construídas no enunciado e o motivo para isso ficará mais claro com a leitura do andamento do texto.

A forma como conduzimos a pesquisa dirá como olharemos para determinado fenômeno e a natureza autocorretiva das técnicas científicas nos permitem a produção de abduções em sequência no intuito de aperfeiçoar, “lapidar”, ou revogar a crença fixada, avançando no processo de conhecimento sobre algo. Contudo, em sua fase considerada madura, conforme destaca Pons (2016), Peirce vai além do positivismo e sistematização:

Pero lo que entiendo por «ciencia» [...] es la vida dedicada a la búsqueda de la verdad de acuerdo con los mejores métodos conocidos por parte de un grupo de hombres que entienden las ideas y los trabajos de cada uno como ningún extraño puede hacerlo. No es lo que ya han descubierto lo que hace de su ocupación una ciencia, sino el que estén persiguiendo una rama de la verdad de acuerdo con los mejores métodos que en su tiempo se conocen. No llamo ciencia a los estudios solitarios de un hombre aislado. Solo cuando un grupo de hombres, más o menos en intercomunicación, se ayudan y se estimulan unos a otros para comprender un conjunto particular de estudios como ningún extraño puede comprenderlos, llamo a su vida ciencia (Peirce, 1905b, cap. 47, apud Pons, p. 101).

Peirce trabalha, em sua fase considerada madura, o que Pons denomina o método científico de Peirce, que “trata de una exposición condensada en que explica que toda investigación comienza a partir de la observación de algún fenómeno sorprendente, algo que frustra la expectativa o rompe algún hábito del investigador” (Pons, 2016, p. 104).

A experiência sob o viés de Peirce também nos propõe o pensamento de que qualquer ação que gere uma abdução depende de experiências prévias para se formar e isso leva a um determinado olhar e consequentes conclusões sobre o fenômeno observado.

Para Pons, o método científico que propõe Peirce é generalista, mas muito bem definido, relacionando as diferentes etapas e tipos de inferências, podendo ser utilizado em qualquer tipo de pesquisa/investigação que se baseie em experiências de qualquer ou algum aspecto da realidade (Pons, 2016, p. 117).

4. *Semiosis social e huellas*

Verón, em seus estudos sobre a semiótica chega a conclusão de que são fragmentos extraídos do processo semiótico que nos oferece a possibilidade de apontar os processos. Esses fragmentos são cristalizados, o que nos ajuda a encontrar o “DNA”¹⁰ (as *huellas*) do discurso a ser analisado:

El acceso a la red semiótica siempre implica un trabajo de análisis que opera sobre fragmentos extraídos del proceso semiótico, es decir, sobre una cristalización (resultado de la intervención del análisis) de las tres posiciones funcionales (operaciones-discurso-representaciones). Se trabaja así sobre *estados*, que solo son pequeños pedazos del tejido de la semiosis, que la fragmentación efectuada transforma en productos. La posibilidad de todo análisis del sentido descansa sobre la hipótesis según la cual el sistema productivo deja huellas en los productos y que el primero puede ser (fragmentariamente) reconstruido a partir de una manipulación de los segundos. Dicho de otro modo: analizando *productos*, apuntamos a *procesos* (Verón, 1993, p. 124).

Para Verón, “*es en la semiosis donde se construye la realidad de lo social* (Verón, 1993, p. 126, grifos do autor)”. Padrões aparecem e podemos, então,

10 DNA é uma concepção gerada por mim ao estudar em Verón sua conotação de *huellas* para explicar uma concepção sua de um método específico de pesquisa, pois creio que se as *huellas* são tanto rastros quanto digitais na assimilação de seu significado no português, a segunda contendo as singularidades biológicas do indivíduo, ampliando a noção da metáfora de *huellas* não apenas para rastros, marcas ou digitais como também para a possibilidade de enxergar o DNA de um fenômeno através destas digitais ou rastros. Não creio que Verón entendia que a metáfora de *huellas* servia a outro propósito exceto o de obter alguma compreensão do tecido através dos fragmentos coletados.

encontrar “*sólo en el nivel de la discursividad el sentido manifiesta sus determinaciones sociales y los fenómenos sociales develan su dimensión significativa*”. Es por ello que una sociosemiótica sólo puede ser una teoría de producción de los discursos sociales”.

O semiólogo e semioticista diz que “el análisis de los discursos no es otra cosa que la descripción de las huellas de las condiciones productivas en los discursos” (Verón, 1993, p.127). E que “toda producción de sentido, en efecto, tiene una manifestación material. Esta materialidad del sentido define la condición esencial, el punto de partida necesario de todo estudio *empírico* de la producción de sentido” (Verón, 1993, p. 126).

Outra coisa importante é que, segundo o autor, os objetos que interessam a análise dos discursos não estão nos discursos e tão pouco fora deles, porque são sistemas de relações do produto significativo com suas condições de geração e efeitos:

Los “objetos” que interesan al análisis de los discursos no están, en resumen, “en” los discursos, tampoco están “fuera” de ellos, en alguna parte de la “realidad social objetiva”. Son *sistemas de realaciones*: sistemas de relaciones que todo producto significativo mantiene con sus condiciones de generación por una parte, y con sus efectos por la otra (Verón, 1993, p. 128).

Para o pesquisador “tanto las condiciones productivas cuanto los objetos significantes que nos proponemos analizar contienen sentido. Para dar toda su importancia teórica a esta observación basta recordar el hecho de que, como ya lo subrayamos en la primera parte de este trabajo, entre las condiciones productivas de un discurso *hay siempre otros discursos*” (Verón, 1993, 129).

4.1. A fragmentação do tecido

Por uma questão de formato, não será possível trabalhar com afinco nesse artigo fragmentos variados sobre atividade discursiva jornalística e os indícios de um padrão que aponta para uma “natureza” dogmatizadora dos jornais para com seus

leitores. Contudo, apresentarei alguns fragmentos relacionados ao importante acontecimento do último *impeachment* presidencial brasileiro.

No dia 17 de novembro de 2017 o portal de notícias G1, pertencente a Central Globo de Jornalismo publicou uma notícia cujo título chamava atenção a um pedido do Senado ao STF para rejeitar ação judicial de reanálise do mérito do processo de impeachment.

A notícia poderia partir de muitas perspectivas que se enquadrariam como valor notícia dentro da filosofia do campo social, como, por exemplo, a interferência do Senado no campo judicial, inclusive atingindo a mais alta instância do Poder Judiciário Brasileiro. Contudo, o portal opta por destacar o pedido do Senado. Essa foi a produção de sentido do portal G1.

Transformou, então, a interferência de um tipo de poder do Estado sob outro distinto e, em tese, independente. Esse tipo de lógica de produção é um demonstrativo de como um determinado jornal induz a leitura sob determinada realidade ao seu leitor.

A notícia que interessa ao jornal é a que está de fundo. A agenda do jornal é, aparentemente, a partir de uma análise deste recorte (a notícia citada), pensada como dispositivo para uma série de notícias que não reportam a realidade factual, mas uma realidade ainda em desdobramento. Dilma Rousseff vem a ser efetivamente julgada legislativamente, em última instância, apenas no dia 31 de agosto de 2016. A interferência do Poder Legislativo Brasileiro vêm a ser uma interferência de ordem outra que não a legislativa.

Por algum motivo, o pedido do Senado foi mediado por um portal de notícias, tornando, então, o pedido uma notícia. O jornal e o jornalista, enquanto significante, produtores da mensagem, possuem legitimidade social por causa do *reconhecimento* (Verón, 1993). Esse conceito de reconhecimento trabalhado por Verón é o contato entre o produtor e o receptor, contato esse apenas possível por uma mensagem. Apenas, porque a lógica discursiva jornalística é efetivada por meio de tecnologias de escrita, áudio e audiovisual que fazem a intermediação entre jornal e leitorado (assim como a audiência, etc.).

Desta forma, como citado acima, o significante promove um significado, formando um signo simbólico, uma experiência para com seu leitor. Esse leitor, então,

tem como referência o jornal que lê. Quando um leitor ritualisticamente se baseia no jornal para constituir sua visão de mundo sobre os fatos do cotidiano, ele abre uma relação com esse jornal. Uma relação sígnica de semiose.

Mesmo que sua interpretação da notícia não seja exatamente aquela que o jornal tentou induzir, não muda o fato de que o jornal, através do jornalista (em tese apenas um redator¹¹), possui o papel de induzir um pensamento, uma visão de mundo sobre os fatos. Isto é, a produção de sentido na notícia influenciará a formação de um entendimento por parte do leitor, mesmo que ele tenha outras fontes de informação. Contudo, temos como parte da tese em desenvolvimento aqui que, quanto mais estreita a relação do leitor com jornal, mais pende a uma doutrinação de pensamento. Está tese vem do fato da semiose social ser constituída da cadeia de signos a nossa volta, a qual usamos como referência para produzir nosso próprio conhecimento. A notícia traz um trecho, dizendo: “Ainda conforme o documento, o impeachment é um processo político e a existência de interesses individuais não interfere na decisão, que foi tomada por um colegiado e representa a vontade da maioria”.

Essa alegação também mostra como o portal conduz a produção de seu discurso. Ao separar esse fragmento do pedido do Senado e inserindo no texto da notícia, o G1 o divulga como parte do acontecimento a ser noticiado, um fato em que há um tensionamento com a legitimidade do Poder Legislativo. Implica na ideia de que o fato do acontecimento político deve ser julgado politicamente e legitimamente pelo Poder Legislativo, uma ação judicial não poderia interferir no processo de *impeachment*.

Desta forma também, estes enunciados supracitados aqui, retirados da notícia promovem a deslegitimação de um processo por parte de outro poder do Estado, que, em tese, seria outra via sob legitimações sociais como porta para processos sociais, ou seja, uma ação é legítima, mas a interferência discursiva do Poder Legislativo tensiona essa legitimidade, tentando deslegitimá-la. O portal anuncia esse pedido contrário a ação com sua legitimação de veículo de comunicação. Temos, então, novamente, produções de sentido que colocam em tensão dispositivos do Estado e direcionam ao leitor uma forma de vê-los.

11 Parte da descrição sobre a chamada religião jornalística teorizada por Jorge Claudio Ribeiro (Ribeiro, 2007) reporta uma entrevista com um jornalista que afirma que a pauta deve ser cumprida conforme exigida pela Redação na qual o profissional trabalha.

No dia 20 de agosto de 2016, poucos dias antes do *impeachment* de Dilma Rousseff o jornal Folha de São Paulo publicou uma notícia com o título “Após impeachment, Temer se prepara para combater críticos”.

Na editoria intitulada Mercado, do jornal Folha de São Paulo, a matéria inicia com um enunciado sobre os cem dias de Temer no poder como interino e sobre a reta final do impeachment e anuncia que o então presidente interino planejava ações para combater o ceticismo de empresários e aliados pela forma como ele estava à época conduzindo o ajuste nas contas públicas.

Muitas coisas estão ditas nessa notícia através do que não foi dito expressamente. (1) O fato de ser dias antes da última votação legislativa para o impeachment de Dilma Rousseff, citando o impeachment praticamente como dado, feito, já que a notícia é um anúncio pelo jornal de um diálogo de Temer com aliados e empresários interessados em aspectos econômicos do país. A notícia ter saído em uma editoria chamada Mercado. Mais adiante dos enunciados citados aqui, Temer tranquiliza seus aliados e os empresários, deixando claro que quando deixasse de ser interino tomaria medidas impopulares.

Outro trecho do texto, esse escrito ou assinado pelos jornalistas Valdo Cruz e Gustavo Uribe, em que consta: “Eles [dois empresários que supostamente conversaram com os jornalistas da Folha de São Paulo] acham que, se Temer continuar assim, poderá chegar ao fim de seu mandato em situação semelhante ao do ex-presidente José Sarney (1985-1990), que encerrou seu governo com a inflação em alta e a popularidade no chão”.

Aparentemente Temer era candidato do Mercado (não a editoria, mas o mercado financeiro) a um melhor presidente. A produção de sentido, seguindo aquilo comentado acima sobre o leitor, indica indução implícita, mas quase explícita de eleger Temer o novo presidente e, aparentemente, a necessidade para o Mercado de que o impeachment de Dilma deva acontecer.

A notícia ainda termina com os seguintes enunciados: “O julgamento da presidente afastada, Dilma Rousseff, pelo Senado terá início na próxima quinta-feira (25) e deve ser concluído até dia 31. Se Dilma for condenada, Temer deixará de ser interino e terá a missão de governar até o fim de seu mandato, em 2018”. A produção de sentido do significante não apenas produz uma forma de ver as coisas, mas, como

consequência, também implica em uma possível ação de seus leitores, de acordo com o nível de interação que o leitor tem com o jornal e da substancial referência que o jornal é para o leitor.

Em matéria jornalística de O Globo publicada no dia 28 de julho de 2016 e noticiado que a defesa de Dilma apresentou alegações finais no processo de impeachment. A palavra alegações foi escolhida pelo jornal e está na composição do título da notícia. Trata-se de um documento, onde é apresentada uma defesa judicial. O subtítulo é a citação de uma fala dos responsáveis por sua defesa e consta no texto da defesa. O enunciado diz: “As páginas deste processo estão marcadas pelo desvio de poder, pela honestidade, pela legalidade”, diz a defesa de Dilma”. O segundo e o terceiro enunciados do texto da notícia trazem: “São 524 páginas da defesa, mas sem nada de novo”. Esse enunciado poderia ser modificado sem nenhuma ou pouca mudança de sentido se tivesse sido expresso como “perda de tempo” ou “mais do mesmo”, por exemplos. O jornal assume, como mostrado em outro exemplo nesse trabalho, o papel de indutor de pensamento sobre o leitor.

Essa *huella* – talvez mais interessante do que os outros fragmentos trazidos até agora – demonstra que pequenas marcas no texto da notícia explicitam, em algum nível, a experiência do jornalista e do jornal para o qual trabalha e algum padrão da experiência a ser promovida ao seu leitor. O olhar não é para fatos sobre a defesa da ex-presidente do Brasil, mas para o fato de que supostamente o último documento da Defesa a ser encaminhado é expressamente o mesmo conteúdo contido nos documentos anteriores.

5. Considerações finais

O intuito primeiro dos jornais é o de dizer o que é o jornalismo, o que é notícia, quais as informações de um determinado acontecimento (e até mesmo os fatos de um determinado acontecimento) são relevantes.

Por hipótese, o jornal diz o que e como é importante se interpretar algo. As tradições escolares teóricas já evidenciaram, até segunda ordem, tendo em vista que o conhecimento nunca é cristalizado, que os leitores não absorvem o que leem de maneira absoluta e sem refletir a respeito do que leem. Contudo, há um contrato de

leitura e o *reconhecimento* (contato entre produtor e receptor) por parte do receptor da mensagem (Verón, 1993), o leitor.

Entendo que esse *reconhecimento* é regulado pelo produtor da mensagem, porque a regulação ocorre no contato e no contrato de leitura. A tendência do leitor é a de se familiarizar e apreender a linguagem e a constituição simbólica de visão de mundo do jornal.

Por esse motivo trouxe alguns enunciados que possam apontar para alguma aproximação do discurso jornalístico ao discurso religioso no sentido da dogmatização. Esse enunciados não são o estudo de caso em si, que é muito mais a linguagem jornalística do que qualquer outra coisa. Muito menos servem de exemplo, não são exemplares. Não são postos aqui para cristalizar efeitos ou escolher efeitos que levem a uma análise que defina uma homogeneização de todo o fazer jornalístico.

O interesse até aqui, nesse artigo e também em minha dissertação de mestrado em fase de finalização, é o de entender determinados processos comunicacionais no jornalismo que se estabelecem, por hipótese, em algum tipo de dogmatização na linguagem, porque, por inferências, há uma certa identidade de verdade e retratação fidedigna dos acontecimentos naturais e mesmo sociais por cada jornal como se fosse a real captura da realidade em si diante daqueles que descrevem essa realidade, ignorando a natureza da produção de sentido humana na produção textual e enunciativa ou manipulando essa natureza, fazendo uso do conhecimento dessa natureza da produção textual e enunciativa por uma vontade de verdade e coerção (Foucault, 2009) – parte constitutiva da discursividade, para Foucault – daqueles que se deparam com elas: os leitores.

6. Referências Bibliográficas

BARRENA, Sara. **La razón creativa**: crecimiento y finalidad del ser humano
Según Charles Sanders Peirce. Madrid: Rialp, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A noção de obstáculo epistemológico**. In: A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 17-28.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19. ed. São Paulo : 1996.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo : Ática, 2008.

KOOGAN, A (org.). **Enciclopédia Delta Larousse**. 2. ed. Riode Janeiro : Delta, 1964.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PEIRCE, Charles Sanders. (1905). **The nature of science** (adirondack summer school lectures). MS 1334, 46-48.

PEIRCE, Charles Sanders. (1903). **Harvard lectures vii: pragmatism as the logic of abduction**. [4]. MS 315; EP 2.226-241.

PONS, José Santiago. **SCIO**, nº12, nov. 2016, p. 99-122.

RIBEIRO, Jorge Claudio. A religião do jornalismo. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 35-51, dez. 2007.

SILVA, Flávio Augusto Queiroz. Observação no lugar de intuição: questões referentes à introspecção e a subjetividade. **Cognitio-Estudos**, São Paulo, vol. 11, nº 2, jul./dez. 2014, p. 258-270.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. Diálogos de la comunicación, Buenos Aires, n. 48, p. 9-16, 1997.

VERÓN, Eliseo. **La semiosis social**: fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Gedisa, 1993.

“Senado pede ao STF que rejeite ação na qual Dilma questiona impeachment”. Portal G1. Acesso em: 03 dez 2017. <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/11/senado-pede-ao-stf-que-rejeite-acao-na-qual-dilma-questiona-impeachment.html>.



“Após impeachment, Temer se prepara para combater críticos”. Acesso em: 03 dez 2017. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1805485-aposimpeachment-temer-se-prepara-para-combater-criticos.shtml>.

“Defesa de Dilma apresenta alegações finais no processo de impeachment”. Acesso em 03 dez 2017. <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/07/defesa-de-dilma-apresenta-alegacoes-finais-no-processo-de-impeachment.html>.